



JORNAL OFICIAL

Terça-feira, 17 de Setembro de 2002



Série

Número 110

Suplemento

Sumário

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2002/M

Aprova a alteração à orgânica da Inspeção Regional do Trabalho estabelecida pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001/M, de 9 de Julho.

Resolução n.º 3/2002/M

Ratifica o Plano Director Municipal de São Vicente.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2002/M**

de 17 de Setembro

Aprova a alteração à orgânica da Inspeção Regional do Trabalho estabelecida pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001/M, de 9 de Julho

O pessoal técnico de inspeção da Inspeção Regional do Trabalho (IRT) insere-se em carreiras cujo desenvolvimento indiciário é o mesmo das do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), criado pelo Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho, e pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2000, de 21 de Março.

Tendo sido estabelecido o enquadramento e definida a estrutura das carreiras de inspeção da Administração Pública no Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril, aplicado aos serviços e organismos da administração regional autónoma da Madeira através do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2002/M, de 1 de Março, e promovida a sua adaptação às carreiras de inspeção do IDICT pelo Decreto Regulamentar n.º 20/2001, de 22 de Dezembro, torna-se necessário proceder por forma a equiparar as carreiras do pessoal técnico de inspeção da IRT às do grupo de pessoal técnico do IDICT.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

Ao abrigo dos artigos 227.º, n.º 1, alínea d), e 231.º, n.º 5, da Constituição da República Portuguesa, do artigo 69.º, alíneas c) e d), do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, e revisto pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de Agosto, e 12/2000, de 21 de Junho, e do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2002/M, de 1 de Março, o Governo Regional da Madeira decreta o seguinte:

Artigo 1.º**Objecto**

O presente diploma procede à alteração dos artigos 29.º a 37.º, 39.º e 40.º do Estatuto e Orgânica da Inspeção Regional do Trabalho, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001/M, de 9 de Julho, que passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 29.º**Carreiras de inspector do trabalho**

- 1 - A IRT, para a prossecução das competências que lhe estão cometidas, dispõe das seguintes carreiras de regime especial:
 - a) Acarreira de inspector superior do trabalho;
 - b) Transitoriamente, e enquanto haja funcionários nelas integrados, as carreiras de inspector técnico do trabalho e de inspector-adjunto do trabalho.
- 2 - As vagas que forem ocorrendo nas carreiras referidas na alínea b) do número anterior transitam, automaticamente, para a carreira de inspector superior do trabalho.

Artigo 30.º**Carreira de inspector superior do trabalho**

Integram a carreira de inspector superior do trabalho as categorias de inspector superior principal, inspector superior, inspector principal e inspector.

Artigo 31.º**Condições de ingresso e de acesso na carreira de inspector superior do trabalho**

- 1 - O ingresso na carreira de inspector superior do trabalho faz-se, em regra, para a categoria de inspector de entre indivíduos habilitados com licenciatura considerada adequada e aprovados em estágio, com classificação não inferior a Bom (14 valores), sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º.
- 2 - O recrutamento para as categorias de acesso da carreira de inspector superior do trabalho faz-se mediante concurso e obedece às seguintes regras:
 - a) Inspector superior principal, de entre inspectores superiores com, pelo menos, três anos de serviço classificados de Muito bom ou cinco anos classificados de Bom;
 - b) Inspector superior, de entre inspectores principais com, pelo menos, três anos de serviço classificados de Muito bom ou cinco anos classificados de Bom, mediante concurso de provas públicas, que consistirá na apreciação do currículo profissional do candidato;
 - c) Inspector principal, de entre inspectores com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de Bom.

Artigo 32.º**Carreira de inspector técnico do trabalho**

Integram a carreira de inspector técnico do trabalho as categorias de inspector técnico especialista principal, inspector técnico especialista e inspector técnico principal.

Artigo 33.º**Condições de acesso na carreira de inspector técnico do trabalho**

O recrutamento para as categorias de acesso da carreira de inspector técnico do trabalho faz-se mediante concurso e obedece às seguintes regras:

- a) Inspector técnico especialista principal, de entre inspectores técnicos especialistas com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de Muito bom ou cinco anos classificados de Bom;
- b) Inspector técnico especialista, de entre inspectores técnicos principais com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de Muito bom ou cinco anos classificados de Bom.

Artigo 34.º**Carreira de inspector-adjunto do trabalho**

Integram a carreira de inspector-adjunto do trabalho as categorias de inspector-adjunto especialista principal, inspector-adjunto especialista, inspector-adjunto principal e inspector-adjunto.

Artigo 35.º**Condições de acesso na carreira de inspector-adjunto do trabalho**

O recrutamento para as categorias de acesso da carreira de inspector-adjunto do trabalho faz-se mediante concurso e obedece às seguintes regras:

- a) Inspector-adjunto especialista principal, de entre inspectores-adjuntos especialistas com, pelo menos, três anos na categoria classificados de Muito bom ou cinco anos classificados de Bom;

- b) Inspector-adjunto especialista, de entre inspectores-adjuntos principais com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de Muito bom ou cinco anos classificados de Bom;
- c) Inspector-adjunto principal, de entre inspectores-adjuntos com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de Bom.

Artigo 36.º Estágio

- 1 - A admissão ao estágio para ingresso na carreira de inspector superior do trabalho é feita mediante concurso, de entre indivíduos que satisfaçam, cumulativamente, os requisitos gerais de admissão e estejam habilitados com carta de condução de veículos ligeiros.
- 2 - O regulamento de estágio é aprovado por despacho conjunto dos membros do Governo Regional que tiverem a seu cargo as áreas do trabalho e da Administração Pública.
- 3 - Os estagiários aprovados que excedam o número de vagas fixado poderão ser nomeados dentro do prazo de validade do concurso para admissão ao estágio.
- 4 - Apartir da nomeação a que se refere o número anterior e por causa que lhes seja imputável, os inspectores que não prestem o tempo de serviço correspondente à duração do estágio ficam obrigados a reembolsar a IRT de todas as despesas efectuadas com a sua formação.

Artigo 37.º Conteúdo funcional

- 1 - Os inspectores do trabalho concebem e desenvolvem metodologias e acções de informação, de aconselhamento e de controlo, no âmbito dos poderes de autoridade pública, nas empresas e outras organizações, com vista à promoção da melhoria das condições de trabalho.
- 2 - Na acção de promoção da melhoria das condições de trabalho, compete aos inspectores do trabalho:
 - a) Desenvolver as acções necessárias à avaliação da qualidade de trabalho, das condições de trabalho e da gestão e organização da segurança, higiene e saúde do trabalho;
 - b) Prestar a entidades patronais, trabalhadores e seus representantes nos locais de trabalho ou nos serviços da IRT, informações e conselhos técnicos sobre o modo mais adequado de observarem essas disposições;
 - c) Notificar para que, dentro de um prazo fixado, sejam realizadas nos locais de trabalho as modificações necessárias para assegurar a aplicação das disposições relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores;
 - d) Notificar o empregador para adoptar medidas de prevenção no domínio da avaliação dos riscos profissionais, designadamente promover, através de organismos especializados, medições, testes ou peritagens incidentes sobre os componentes materiais de trabalho;
 - e) Notificar para que sejam adoptadas medidas imediatamente executórias, incluindo a suspensão de trabalhos em curso, em caso de risco grave ou probabilidade séria de verificação de lesão da vida, da integridade física ou da saúde dos trabalhadores;

- f) Controlar a obrigatoriedade da criação, por parte de empresas, dos serviços e órgãos de segurança, higiene e saúde no trabalho e do seu funcionamento;
- g) Realizar inquéritos em casos de acidentes de trabalho mortais ou que evidenciem situações particularmente graves ou de doenças profissionais que provoquem lesões graves, sem prejuízo, neste caso, das competências de outras entidades, com vista ao desenvolvimento de medidas de prevenção adequadas nos locais de trabalho;
- h) Promover processos de contra-ordenação ou contra-venção, levantando autos de notícia, elaborando participação ou procedendo a inquérito prévio;
- i) Promover a colaboração de outras entidades com competência no âmbito das condições de trabalho;
- j) Participar a outras entidades situações relacionadas com as condições de trabalho no âmbito das suas competências;
- l) Elaborar os relatórios, informações e outros documentos decorrentes da acção inspectiva;
- m) Elaborar informações, pareceres e estudos de natureza diversa no âmbito das competências da IRT;
- n) Participar em grupos de trabalho, comissões, equipas de projecto e missões específicas para que sejam designados.

- 3 - Aos inspectores do trabalho integrados na carreira de inspector técnico do trabalho, a que faz referência a alínea b) do n.º 1 do artigo 29.º, para além das funções indicadas no número anterior, compete:
 - a) Colaborar na programação da actividade inspectiva, de acordo com os planos de actividades anuais, e de acções conjuntas desenvolvidas no âmbito de articulações com outros sistemas inspectivos;
 - b) Coordenar e executar acções inspectivas;
 - c) Instruir processos de contra-ordenação laboral que lhes sejam confiados nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 116/99, de 4 de Agosto.

- 4 - Aos inspectores do trabalho integrados na carreira de inspector superior do trabalho, para além das funções indicadas nos números anteriores, compete:
 - a) Realizar trabalhos e estudos de apoio às decisões da competência do pessoal dirigente da IRT, bem como prestar-lhe assessoria, quando solicitada;
 - b) Assegurar a instrução de processos de averiguações, de inquéritos e disciplinares.

Artigo 39.º Remunerações

As escalas salariais das carreiras de inspecção do trabalho são as fixadas no anexo II do presente diploma, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril.

Artigo 40.º Suplemento de função inspectiva

- 1 - O pessoal das carreiras de inspecção e o pessoal dirigente ou equiparado nomeado para exercer funções de direcção sobre aquele pessoal têm direito a um suplemento de função inspectiva, para compensação dos ónus específicos inerentes ao seu exercício, no valor de 22,5% da respectiva remuneração de base.

- 2 - O suplemento é abonado em 12 mensalidades e releva para os efeitos de aposentação, sendo considerado no cálculo da pensão pela forma prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 47.º do Estatuto da Aposentação.»

Artigo 2.º
Transição

- 1 - A transição dos funcionários integrados no grupo de pessoal técnico de inspeção para as carreiras de inspeção faz-se conforme tabela anexa e obedece às seguintes regras:
- Os inspectores superiores principais, os inspectores superiores, os inspectores principais e os inspectores são integrados nas categorias com a mesma designação da carreira de inspector superior do trabalho;
 - Os inspectores técnicos especialistas principais, os inspectores técnicos especialistas e os inspectores técnicos principais são integrados nas categorias com a mesma designação da carreira de inspector técnico do trabalho;
 - Os inspectores-adjuntos principais com três anos de serviço na categoria classificados de Bom são integrados na categoria de inspector técnico principal desde que estejam habilitados com curso superior que não confira o grau de licenciatura ou com formação adequada;
 - Os inspectores-adjuntos principais e os inspectores-adjuntos são integrados, respectivamente, nas categorias de inspector-adjunto especialista principal e de inspector-adjunto especialista, da carreira de inspector-adjunto do trabalho.
- 2 - A transição de pessoal a que se refere a alínea c) do número anterior faz-se para escalão a que corresponda índice igual àquele que o funcionário detém na categoria de origem ou índice superior aproximado, se não houver coincidência, e a contagem de tempo na nova categoria só se inicia a partir da data da transição.

Artigo 3.º
Alteração do quadro de pessoal

- 1 - O quadro de pessoal da IRT constante do anexo II do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2001/M, de 9 de Julho, é alterado em conformidade com o disposto nos artigos 3.º, n.º 2, 11.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril, e o disposto no número seguinte.
- 2 - Os lugares vagos das carreiras de inspector do trabalho referidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 29.º transitam para a carreira de inspector superior do trabalho.

Artigo 4.º

Formação profissional

- 1 - A IRT assegura ao pessoal integrado nas carreiras referidas no artigo 29.º a realização das acções de formação necessárias ao ingresso e acesso nas mesmas, bem como as destinadas à actualização e valorização profissional.
- 2 - A regulamentação e a definição da formação exigida pelos requisitos de intercomunicabilidade entre carreiras, a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril, aplicado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2002/M, de 1 de Março, são estabelecidas por despacho conjunto das entidades regionais que tutelam a área do trabalho e da Administração Pública, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 3/2000, de 21 de Março.

Artigo 5.º

Concursos pendentes

Mantêm-se em vigor os concursos cujos avisos de abertura se encontrem publicados até à data da publicação do presente diploma.

Artigo 6.º

Entrada em vigor e produção de efeitos

- 1 - O presente diploma entra em vigor no dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação, sem prejuízo do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril.
- 2 - Aos funcionários que tenham mudado de categoria ou de escalão a partir de 1 de Julho de 2000 são aplicáveis as transições constantes da tabela anexa ao presente diploma, com efeitos a partir da data em que as mesmas ocorreram.

Aprovado em Conselho do Governo Regional em 1 de Agosto de 2002.

O VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, João Carlos Cunha e Silva.

Assinado em 23 de Agosto de 2002.

Publique-se.

O MINISTRO DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, Antero Alves Monteiro Diniz.

Anexo I
Mapa de transição

(artigo 2.º)

Situação actual		Transição	
Carreira	Categoria	Carreira	Categoria
Inspeção superior	Inspector superior principal Inspector superior	Inspector superior do trabalho	Inspector superior principal. Inspector superior. Inspector principal. Inspector.

Situação actual		Transição	
Carreira	Categoria	Carreira	Categoria
Inspeção	Inspector técnico especialista principal. Inspector técnico especialista principal ... Inspector-adjunto principal (a).	Inspector técnico do trabalho	Inspector técnico especialista principal. Inspector técnico especialista. Inspector técnico principal. Inspector técnico principal (a).
	Inspector-adjunto principal ... Inspector-adjunto		Inspector-adjunto do trabalho

(a) Alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º

Anexo II
(artigo 3.º)

Grupo de pessoal	Carreira	Categorias	Número de lugares	Lugares a extinguir	Escalaes				
					1	2	3	4	5
Técnico de inspeção	Inspector superior do trabalho.	Inspector superior principal	10	-	780	830	880	900	-
		Inspector superior			670	720	750	780	-
		Inspector principal			560	620	670	720	-
Inspector	500	530			560	600	-		
Estagiário	370	-			-	-	-		
Inspector técnico do trabalho.	Inspector técnico especialista principal. Inspector técnico especialista Inspector técnico principal	Inspector técnico especialista principal. Inspector técnico especialista Inspector técnico principal	5	(a) 5	570	620	670	720	-
					510	540	570	600	-
					440	480	510	540	-
Inspector-adjunto do trabalho.	Inspector-adjunto especialista principal. Inspector-adjunto especialista Inspector-adjunto principal Inspector-adjunto	Inspector-adjunto especialista principal. Inspector-adjunto especialista Inspector-adjunto principal Inspector-adjunto	15	(a) 15	390	410	430	450	470
					345	355	370	385	400
					290	305	320	340	355
					240	255	270	285	300

(a) A extinguir quando vagar.

Resolução n.º 3/2002/M

de 17 de Setembro

A Assembleia Municipal de São Vicente aprovou, em reunião ordinária realizada no dia 9 do mês de Julho de 2002, e sob proposta da Câmara Municipal, o seu Plano Director Municipal.

O Plano foi elaborado em cumprimento do quadro legal em vigor, à data do seu início, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 211/92, de 8 de Outubro, e 155/97, de 24 de Junho, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90, de 23 de Julho, tendo sido entretanto os seus procedimentos de elaboração adequados ao estipulado no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que veio estabelecer o novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

O Plano foi objecto de parecer favorável da comissão de acompanhamento, subscrito pelos representantes dos serviços da administração pública regional que a compõem e foi alvo de discussão pública, cujos resultados foram devidamente ponderados.

Verifica-se a conformidade do Plano com os princípios e objectivos do Plano de Ordenamento da Região Autónoma da Madeira (POTRAM), bem como com as disposições legais e regulamentares vigentes no âmbito da Região.

Assim:

O Conselho do Governo Regional, considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as adaptações constantes do Decreto Legislativo Regional n.º 8-A/2001/M, de 20 de Abril, e no Decreto Regulamentar Regional n.º 43/2000/M, de 12 de Dezembro, que aprova a orgânica do Governo Regional, sob proposta do Secretário Regional do Equipamento Social e Transportes, e ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8-A/2001/M, de 20 de Abril, resolve o seguinte:

- 1.º - É ratificado o Plano Director Municipal de São Vicente.
- 2.º - O Plano Director Municipal de São Vicente é constituído pelo Regulamento, planta de ordenamento e planta de condicionantes, que se publicam em anexo à presente resolução, dela fazendo parte integrante.
- 3.º - Mais resolve proceder à respectiva publicação no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira e no *Diário da República*.

Presidência do Governo Regional da Madeira, 25 de Julho de 2002. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim.

REGULAMENTO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
DE SÃO VICENTECapítulo I
Disposições geraisArtigo 1.º
Objecto

O Plano Director Municipal do concelho de São Vicente, adiante designado por PDMSV, é o instrumento básico de ordenamento do território do município de São Vicente e visa contribuir para um modelo coerente de desenvolvimento do concelho, mediante a definição das orientações gerais do planeamento e da gestão urbanística.

Artigo 2.º
Âmbito material

- 1 - O PDMSV define princípios, regras de uso e transformação do solo que consagram uma utilização racional dos espaços.
- 2 - A interpretação das normas regulamentares do PDMSV faz-se por compatibilidade com outras normas hierarquicamente superiores.
- 3 - O PDMSV contém, para além das regras de aplicação directa, o enquadramento urbanístico aplicável ao nível da unidade operativa de planeamento e gestão.

Artigo 3.º
Âmbito territorial

O PDMSV aplica-se a todo o território municipal, constante da planta de ordenamento, anexa ao presente Regulamento.

Artigo 4.º
Âmbito regulamentar

- 1 - O articulado do Regulamento do PDMSV aplica-se directamente em zonas não abrangidas por outros planos municipais de ordenamento do território ou planos especiais de ordenamento do território.
- 2 - Os planos municipais de ordenamento do território deverão conformar-se com o conteúdo do PDMSV, bem como desenvolvê-lo e pormenorizá-lo na área territorial respectiva.
- 3 - O PDMSV deve incorporar e obedecer aos princípios e regras estabelecidos nos planos especiais de ordenamento do território e devendo, se for o caso, com eles ser compatibilizados.

Artigo 5.º
Composição

São elementos fundamentais do PDMSV:

- 1.1 - O presente Regulamento;
- 1.2 - A planta de ordenamento à escala de 1:10000;
- 1.3 - A planta actualizada de condicionantes à escala de 1:25000.
- 2 - São elementos complementares do PDMSV:
 - 2.1 - O relatório;
 - 2.2 - A planta de situação actual à escala de 1:25000.

Artigo 6.º
Vinculação

- 1 - As disposições consagradas no Regulamento e demais elementos fundamentais e complementares do PDMSV são aplicáveis a todas as entidades públicas e privadas, cuja conduta tenha incidência, directa ou indirecta, no ordenamento do território concelhio, nos termos gerais do direito.
- 2 - Os elementos complementares definidos no artigo anterior têm valor interpretativo do PDMSV.

Artigo 7.º
Vigência

O PDMSV vigorará por um período de 10 anos a partir da sua publicação ou da sua última revisão.

Artigo 8.º
Definições

Para efeitos do presente Regulamento são adoptadas as seguintes definições:

Prédio rústico - área de terreno rústico que para ser utilizado como urbano tem de ser objecto de uma operação de loteamento e ou operação de obras de urbanização.

Parcela - área de terreno, não resultante de operação de loteamento, marginada por via pública, susceptível de construção.

Lote - área de terreno, marginada por arruamento, destinada à construção resultante de uma operação de loteamento, licenciada nos termos da legislação em vigor.

Densidade média - entende-se por densidade média o número médio de habitantes fixados para cada hectare de um prédio (ou UOPG).

Índice de utilização - entende-se por índice de utilização o quociente entre a a.b.c. pela área total de prédio rústico (ou UOPG).

Área bruta de construção (a.b.c.) - a soma da área de todos os pisos, situados acima e abaixo do solo, incluindo zonas de serviço, escadas, caixas de elevador, varandas e acessos cobertos e anexos, e excluindo as áreas de estacionamento em cave, necessárias ao cumprimento da Portaria Regional n.º 9/95, de 3 de Fevereiro.

Índice de construção - entende-se por índice de construção o quociente entre a a.b.c. pela área de parcela ou lote que serve de base à operação de licenciamento da edificação.

Porcentagem de área coberta - é a percentagem de parcela ou lote ocupada por construção, considerando para o efeito a projecção horizontal dos edifícios, delimitada pelo perímetro dos pisos mais salientes, contabilizados todos os elementos.

Porcentagem de superfície impermeabilizada - é a soma da superfície de terreno ocupada por edifícios, vias, passeios, estacionamentos, acessos, piscinas e demais obras que impermeabilizam o terreno.

Altura máxima de edificação - entende-se por altura máxima de edificação a maior das distâncias verticais, incluindo muros de suporte para criação de plataformas em contacto directo com a edificação ou zona impermeabilizada do lote ou parcela medida do ponto de cota inferior do terreno natural, ao ponto de cota superior da edificação em projecção vertical excluindo chaminés.

Cércea - entende-se por cércea o número total de pisos emergentes de um edifício, na fachada de maior dimensão, tendo como referência uma altura média de piso de 3 m.

Obra de construção - execução de qualquer obra nova, incluindo pré-fabricados e construções amovíveis.

Obra de reconstrução ou restauro - execução de uma construção em local ocupado por outra obedecendo ao projecto primitivo, tanto na imagem e compartimentação final como nos materiais a utilizar.

Obra de alteração - execução de obras que, por qualquer forma, modifiquem o projecto primitivo de construção existente.

Obra de ampliação - execução de obras tendentes a ampliar partes existentes de uma construção.

Obra de remodelação - execução de obras que por qualquer forma modifique o projecto primitivo no interior ou exterior em termos de compartimentação e materiais a utilizar e que não implique aumento da área.

Observações

- 1 - Os sótãos acessíveis, habitáveis ou não, são contabilizáveis para todos os indicadores urbanísticos.
- 2 - Não são permitidas varandas projectadas sobre espaços públicos.

Capítulo II

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Artigo 9.º Regime geral

O regime de servidões administrativas e restrições de utilidade pública ao direito de propriedade condicionantes do PDMSV consta dos diplomas sectoriais respectivos, ficando a sua violação sujeita às sanções aplicáveis.

Os instrumentos de planeamento e gestão urbanística deverão observar as condicionantes legais e regulamentares em vigor à data da sua elaboração.

Artigo 10.º Identificação e descrição

- 1 - As áreas do território concelhio sujeitas a servidões administrativas e restrições de utilidade pública ao uso dos solos, nos domínios do património natural, cultural, equipamentos colectivos, infra-estruturas básicas e exploração do solo e subsolo são identificadas na planta de condicionantes ou descritas no relatório.
- 2 - A planta de condicionantes identifica as seguintes áreas:
 - 2.1 - Parque Natural da Madeira;
 - 2.2 - A floresta laurissilva classificada património mundial pela UNESCO.
 - 2.3 - Rede rodoviária de 2.º e 3.º níveis (rede complementar).
- 3 - As áreas descritas no relatório são as seguintes:
 - 3.1 - Edifícios de valor local;
 - 3.2 - Edifícios públicos;
 - 3.3 - Rede viária municipal;
 - 3.4 - As condicionantes naturais decorrentes do uso e aptidão dos solos.

Capítulo III Património natural

Artigo 11.º Caracterização

O património natural é constituído pelas áreas susceptíveis de integrar as Reservas Agrícola e Ecológica Nacionais, pelas grutas de São Vicente, pelas áreas incluídas no Parque Natural da Madeira e pela floresta laurissilva existente no concelho.

Artigo 12.º

Áreas a incluir na Reserva Agrícola Nacional

As áreas susceptíveis de integrar a Reserva Agrícola Nacional são as áreas irrigadas onde os solos apresentam grandes potencialidades produtivas, devendo nelas ser privilegiada a actividade agrícola, e identificam-se pelas áreas classificadas na planta de síntese como espaços de produção de solo agrícola.

Artigo 13.º

Áreas a incluir na Reserva Ecológica Nacional

As áreas susceptíveis de integrar a Reserva Ecológica Nacional são áreas naturais que compreendem os leitos e margens das linhas de água e respectivas faixas de protecção, as levadas e respectivas faixas de protecção, as áreas de matos mediterrâneos que se instalaram em zonas fortemente declivosas, as arribas, os valores científicos identificados no artigo 15.º, ainda a área marítima abrangida pela batimétrica dos - 50 m (Z H) e as arribas e respectivas faixas de protecção, assim como as praias, e ainda a floresta natural com especial incidência a laurissilva.

Artigo 14.º

Parque Natural da Madeira

Nas áreas que integram o Parque Natural da Madeira aplicar-se-ão, subsidiariamente as normas do presente Regulamento, com a legislação específica em razão da matéria.

Artigo 15.º Património científico

- 1 - As áreas com interesse científico para investigação, ou apenas para observação, deverão ser objecto de estudo específico com vista à delimitação de uma área de protecção, definida de acordo com a sua especificidade.
- 2 - Identificaram-se como valores científicos a proteger, sem prejuízo de outros que estudos específicos venham a identificar, os seguintes:
 - 2.1 - Floresta laurissilva;
 - 2.2 - As grutas de São Vicente.

Capítulo IV Património cultural

Artigo 16.º Caracterização

O património cultural edificado é constituído pelo conjunto de bens imóveis historicamente acumulados, determinantes da especificidade cultural da comunidade.

Artigo 17.º

Imóveis de interesse público e valor local

- 1 - O licenciamento de quaisquer obras de ampliação, alteração ou conservação em imóveis classificados deverá ser precedido da aprovação do respectivo projecto pela entidade com competência na matéria.
- 2 - Nas zonas de protecção não é permitido executar quaisquer obras de demolição, instalação, construção ou reconstrução, em edifícios ou terrenos, sem o parecer favorável da entidade com competência na matéria.
- 3 - Quando não exista publicada zona de protecção especial para os imóveis classificados é fixada uma zona de

protecção com 50 m de raio à volta do elemento classificado, de acordo com o Decreto-Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, e da Lei do Património Cultural Português.

4 - Os imóveis classificados do concelho são:

4.1 - Imóveis de valor concelhio:

- a) Casa do Ladrilho;
- b) Solar do Aposento;

4.2 - Imóveis de valor local:

- a) Igreja do Bom Jesus;
- b) Capela dos Reis Magos;

4.3 - Valores que se propõe para futura classificação:

- a) Casa da Silveira;
- b) Centro Social e Paroquial do Bom Jesus;
- c) Capela da Torre de Nossa Senhora de Fátima;
- d) Capela de São Vicente;
- e) Casa rural;
- f) Casa da família Abreu;
- g) Capela do Livramento;
- h) Solar Casas Novas;
- i) Núcleo do antigo engenho da foz da ribeira do Porco.

Artigo 18.º

Património arquitectónico e urbanístico

1 - Sem prejuízo de um levantamento exaustivo a realizar com a maior brevidade, consideram-se de interesse patrimonial os seguintes edifícios e construções:

- 1.1 - Edifícios de arquitectura erudita;
- 1.2 - Construções de apoio à produção (gado, silos e eiras);
- 1.3 - Moinhos e azenhas;
- 1.4 - Construções relacionadas com o aproveitamento da água (fontes, pontes, aquedutos, represas, noras, levadas e tanques);
- 1.5 - Edifícios e construções religiosas (igrejas, ermidas, conventos, cruzeiros, passos, etc.);
- 1.6 - Muros em pedra arrumada;
- 1.7 - Caminhos tradicionais;
- 1.8 - Lojas de tradição;
- 1.9 - Fontenários;
- 1.10 - Património escultórico;
- 1.11 - Conjuntos edificadas com valor cénico e que configuram a imagem da memória colectiva das populações.

2 - Os edifícios e construções e conjuntos com interesse patrimonial não podem ser demolidos, cumprindo promover o seu restauro.

3 - Nas zonas de protecção dos edifícios e conjuntos urbanos de interesse patrimonial classificados são aplicáveis, nomeadamente, as seguintes prescrições:

3.1 - Quando se trate de edifício acompanhado de outras construções, as obras a realizar na zona de protecção não podem introduzir elementos dissonantes, devendo manter a traça do existente, excepto se se destinarem a eliminar elementos daquele tipo preexistentes;

3.2 - As obras nas zonas de protecção estão sempre sujeitas a licenciamento municipal.

Artigo 19.º

Património arqueológico

Os objectos e ruínas do passado, que possam reflectir valores históricos do povoamento e da cultura local, descobertos casualmente ou através de investigação, são obrigatoriamente declarados às instâncias competentes, que promoverão o seu estudo de renovação, reintegração ou recuperação.

Capítulo V

Protecção às infra-estruturas

Artigo 20.º

Servidões de rede viária

1 - Arede viária concelhia integra as estradas regionais de 2.º e 3.º níveis, as estradas e caminhos municipais e outras vias não classificadas.

2 - Arede regional compreende, nos seus diferentes níveis, as seguintes estradas:

2.1 - A rede regional principal (2.º nível) é constituída no município pelas estradas regionais n.ºs 101, 104 e 107;

2.2 - A rede regional complementar (3.º nível) é constituída pelas estradas regionais n.ºs 208, 220 e 228.

3 - As condicionantes de realização de edificações de obras e de exercício de actividades de natureza industrial ou comercial junto da rede viária do concelho são as seguintes:

3.1 - Estradas regionais de 2.º e 3.º níveis e respectivas zonas de protecção, identificadas no Decreto Legislativo Regional n.º 15/93/M e posteriores actualizações;

3.2 - Estradas municipais, numa faixa de terreno com largura de 6 m para cada lado do eixo;

3.3 - Caminhos municipais numa faixa de terreno com largura de 6 m para cada lado do eixo, salvo se trate de colmatagem edificada, em que se poderá manter o alinhamento existente, competindo à autarquia a verificação caso a caso.

4 - Nos arruamentos urbanos as áreas de protecção a estas vias são definidas nos planos gerais ou parciais de urbanização e ou de pormenor dos respectivos aglomerados.

Artigo 21.º

Protecção das captações e abastecimento de água

1 - A construção de quaisquer obras ou infra-estruturas na vizinhança de captações de água para consumo humano terão de ter natureza e características compatíveis com a

respectiva proximidade, respeitando as regras legais dos perímetros de protecção em que se insiram ou as definidas em estudo hidrogeológico aprovado pela autoridade competente, carecendo sempre de parecer prévio e vinculativo aquando localizadas dentro de um raio de protecção alargada, sem prejuízo do disposto na legislação regional sobre a matéria.

- 2 - Independentemente do disposto no número anterior são definidas como zona de protecção imediata das captações de água para consumo humano, com interdição total de edificação, as áreas compreendidas dentro de círculos de 20 m de raio marcadas a partir das verticais da origem ou dos emboquilhamentos de emergência horizontais com produção superior a 10 m³/dia.
- 3 - A execução de quaisquer obras, corte ou plantações de árvores de grande porte ou parcelas rústicas distando menos de 10 m em planta de canais ou de condutas adutoras principais carece de autorização prévia da respectiva entidade administrante.

Artigo 22.º

Protecção às instalações de saneamento

É interdita a construção no corredor de 5 m de cada lado dos grandes colectores, na zona de 10 m em volta das estações elevatórias e num perímetro de 200 m em volta das estações de tratamento de efluentes ou de resíduos sólidos.

Artigo 23.º

Servidões eléctricas

A protecção às linhas de alta, média e baixa tensão é constituída pelas servidões determinadas nos Decretos-Leis n.ºs 26852, de 30 de Junho de 1936, 43335, de 19 de Novembro de 1960 (e ou na sua adaptação às condições específicas da Região), 46847, de 27 de Janeiro de 1966, e 446/76, de 5 de Junho, e Decretos Legislativos Regionais n.ºs 14/77/M, de 8 de Fevereiro, 90/84/M, de 26 de Dezembro.

Artigo 24.º

Servidões relativas às telecomunicações

As servidões relativas às telecomunicações são estabelecidas no Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de Novembro, e o processo do seu estabelecimento é definido pelo Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de Abril (e ou na sua adaptação às condições da Região).

Capítulo VI

Ordenamento do território

Artigo 25.º

Identificação dos espaços

Em função do uso dominante existente ou proposto, consideram-se as seguintes classes e subclasses de espaços, identificados na planta de ordenamento:

- 1 - Espaços urbanos:
 - 1.1 - Espaços urbanos antigos ou históricos;
 - 1.2 - Espaços urbanos consolidados;
 - 1.3 - Espaços urbanos de expansão e colmatagem;
 - 1.4 - Espaços industriais;
 - 1.5 - Espaços de equipamentos;

1.6 - Espaços de verde urbano;

1.7 - Espaços naturais em meio urbano.

2 - Espaços agro-florestais:

2.1 - Espaços florestais;

2.2 - Espaços agrícolas;

2.3 - Espaços residenciais em meio rural;

2.4 - Espaços de paisagem humanizada a proteger;

2.5 - Espaços de habitação dispersa;

2.6 - Espaços de ocupação humanizada a requalificar.

3 - Espaços naturais:

3.1 - Espaços naturais de uso muito condicionado;

3.2 - Espaços naturais de uso condicionado;

3.3 - Espaços naturais de uso recreativo.

4 - Espaços-canais.

5 - Espaços de equipamento estruturante.

Artigo 26.º

Caracterização dos espaços

1 - Espaços urbanos - os espaços urbanos são caracterizados pelo elevado nível de infra-estruturação, existente ou previsto, equipamentos e densidade populacional que possuem ou a prever e onde o solo se destina predominantemente à edificação.

São delimitados pelos perímetros urbanos, originando espaços que pelas suas características fisiográficas, de localização e acessibilidade, se revelam apropriados para responder às necessidades de crescimento e mobilidade da população, permitindo programar o desenvolvimento da estrutura urbana emergente.

O conjunto dos espaços urbanos e subclasses que comporta determina os perímetros urbanos, delimitados na planta de ordenamento.

Os espaços urbanos dividem-se, quanto às características de edificação e uso funcional, nos seguintes subespaços:

1.1 - Espaços urbanos antigos ou históricos - são aglomerados cujas características contribuem para a identidade do aglomerado e que têm um interesse patrimonial pelo ambiente urbano que as caracteriza;

1.2 - Espaços urbanos consolidados - são espaços que integram as áreas urbanas com um tecido predominantemente consistente.

1.3 - Espaços urbanos de expansão e colmatagem - correspondem aos espaços urbanizáveis onde existem algumas edificações mas grande parte do espaço se encontra livre;

1.4 - Espaços industriais - os espaços industriais são constituídos pelas áreas destinadas à implantação de edifícios e estabelecimentos industriais,

- infra-estruturas e agro-industriais, incluindo as áreas destinadas à instalação de laboratórios de pesquisa e análise, armazéns, depósitos, silos, oficinas, edifícios de natureza recreativa e social ao serviço dos trabalhadores da indústria, escritórios e salas de exposição ligadas à actividade de produção e ainda a edificação de habitação para encarregados e pessoal de vigilância e manutenção dos complexos industriais;
- 1.5 - Espaços de verde urbano - os espaços verdes de uso urbano são constituídos por áreas de dominante vegetal, existente ou previsto, integradas nos espaços de produção de solo urbano. Os espaços verdes de uso urbano pela sua natureza estão vocacionados para constituir um factor de equilíbrio ecológico-urbano e compreendem as seguintes categorias:
- Área verde principal, constituída pelas áreas de protecção e equilíbrio bio-físico;
 - Área verde secundária, constituída pelas áreas verdes públicas e áreas verdes privadas;
- 1.6 - Espaços de equipamentos - os espaços de equipamentos são espaços destinados à implantação de equipamentos de uso colectivo, cuja definição cabe aos planos de urbanização e aos planos de pormenor, e onde não é autorizada qualquer construção;
- 1.7 - Espaços naturais em meio urbano - constituem os espaços que vierem a integrar a reserva ecológica e de imediato se reportam às zonas de protecção às linhas de água e às arribas e escarpas.
- 2 - Espaços agro-florestais - constituem espaços agro-florestais as áreas onde predomina a floresta e aquelas que encontrando-se livres interessa fomentar a sua florestação e ainda os solos com características adequadas à silvicultura, pecuária e agricultura, sendo a sua manutenção essencial à defesa dos solos contra os riscos de erosão e à preservação do regime hidrológico do território. Em função da tipologia percentual de ocupação existente, foi subdividido nas seguintes subclasses de espaço:
- 2.1 - Espaços florestais - o seu zonamento reporta-se à base de dados do uso dos solos na Região, tendo sido considerados valores da ocupação actual iguais ou superiores a 50% para a identificação das respectivas manchas e excluídos os perímetros inferiores a 500 m². No concelho de São Vicente foram identificadas as seguintes subclasses de ocupação florestal:
- Floresta laurissilva;
 - Floresta natural (sem laurissilva);
 - Floresta mista;
 - Floresta exótica;
 - Matos;
- 2.2 - Espaços agrícolas - são espaços onde os solos são dotados de boas características físicas e químicas para as práticas agrícolas, e incluem os espaços agricultados, actualmente aqueles em que a prática ou uso agrícola foi abandonado;
- 2.3 - Espaços residenciais em meio rural - as zonas residenciais em meio rural apresentam características mistas dos meios urbano e rural, sendo localizadas em áreas de densificação do povoamento periurbano dispostas normalmente em alinhamentos ao longo do sistema viário e caracterizam-se basicamente pela ocorrência das seguintes condições:
- Densidade igual ou superior a 10 habitantes por hectare;
 - Possuem bons acessos através da rede viária municipal ou regional;
- 2.4 - Espaços de paisagem humanizada a proteger - as zonas de paisagem humanizada a proteger abrangem áreas não cartografadas, que se sobrepõem às diferentes classes de espaços, e que configuram unidades paisagísticas com características próprias, onde em resultado da intervenção humana se criaram paisagens com elevado grau de homogeneização e qualidade cénica, com especial relevo para as paisagens em socacos e núcleos de palheiros agrícolas, devendo nelas ser incentivadas acções que permitam às populações a manutenção das suas formas tradicionais de uso e exploração sustentada dos recursos naturais;
- 2.5 - Espaços de habitação dispersa - para efeitos de estruturação do território consideram-se edificação dispersa as construções existentes fora dos perímetros urbanos e das zonas residenciais em meio rural, nos espaços agrícolas e de floresta exótica e mista;
- 2.6 - Espaços de ocupação humanizada a requalificar - estas áreas caracterizam-se pela existência de uma elevada percentagem de edificações degradadas ou inacabadas, inseridas e fora de perímetro urbano, cuja recuperação envolve a reformulação da malha urbana e das infra-estruturas primárias e ou uma intervenção profunda de restauro ou reconstrução. Este plano basicamente identificou situações exteriores a espaços urbanos.
- 3 - Espaços naturais - os espaços naturais abrangem a estrutura biofísica fundamental que assegura o funcionamento ecológico do território do concelho e classificam-se segundo a sua capacidade de absorção e regeneração das implicações resultantes de acções humanas e naturais e destinam-se à protecção e renovação dos valores naturais e à salvaguarda de valores paisagísticos, basicamente são compostos por:
- 3.1 - Espaços naturais de uso muito condicionado - são os espaços com valor ecológico e grande vulnerabilidade à pressão humana ou reduzida capacidade de regeneração, onde só podem existir actividades de conservação da natureza em percursos bem delimitados, e são basicamente compostos por:
- Arribas e escarpas;
 - Prados naturais;
 - Áreas de forte erosão;
- 3.2 - Espaços naturais de uso condicionado - são espaços naturais com alguma capacidade de absorção e auto-regeneração devendo nelas ser privilegiadas as actividades de conservação da natureza, sendo admissíveis usos de lazer e recreio devidamente localizados;

- a) Vegetação ripícola/áreas de protecção às linhas de água;
- b) Floresta laurissilva;
- c) Áreas de floresta natural (sem laurissilva);

3.3 - Espaços naturais de uso recreativo - são constituídas pelos espaços da orla marítima, cujas normas de utilização ficarão definidas no âmbito do POOC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira), e pelos espaços como tal definidos, na área afectada ao Parque Natural da Madeira, e em que as normas de utilização se sujeitam ao definido no respectivo diploma.

4 - Espaços-canais - os espaços canais são constituídos pelos corredores eixos espaciais destinados à implantação preferencial das grandes infra-estruturas de transporte de interesse regional e incluem aeroportos, vias de comunicação, as redes de alta tensão, as grandes adutoras, os colectores de drenagem de esgotos, colectores emissários, as levadas, os pipe-lines, os exutores submarinos, os cabos de telecomunicações intercontinentais e a rede de acessos públicos à praia.

5 - Espaços de equipamento estruturante - espaços não cartografados na planta de ordenamento, que condicionam a ocupação, o uso e a transformação do solo na sua área de influência, e que não definem classes de espaços específicos, sobrepondo-se como tal a diferentes classes de espaços, e com a seguinte listagem:

- 5.1 - Espaços de indústria fora de perímetro urbano;
- 5.2 - Espaços necessários à concretização física do Plano Estratégico de Resíduos da Região Autónoma da Madeira;
- 5.3 - Espaços necessários à concretização física da política regional de habitação;
- 5.4 - Espaços necessários à concretização física do Plano Regional da Política de Ambiente;
- 5.5 - Espaços necessários à concretização física do Plano Regional de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira;
- 5.6 - Espaços necessários à concretização física dos Planos Regionais da Orla Costeira;
- 5.7 - Usos de lazer;
- 5.8 - Exploração e processamento de inertes;
- 5.9 - Portos e marinas;
- 5.10 - Indústria pecuária;
- 5.11 - Espaços de serviços e equipamentos públicos;
- 5.12 - Espaços ecológicos e de verde ordenado em meio urbano.

Artigo 27.º
Identificação das unidades operativas de planeamento e gestão

Sem prejuízo de se elaborarem planos municipais de hierarquia inferior para a totalidade do espaço de produção de solo urbano do concelho, as UOPG identificadas no presente

plano e que se consideram de intervenção prioritária, são as seguintes:

- 1 - U-1 - vila/zona de equipamentos
- 2 - U-2 - vila/zona antiga e consolidada.
- 3 - U-3 - campo de golfe.
- 4 - U-4 - Zona Industrial das Ginjas.
- 5 - U-5 - Ponta Delgada.
- 6 - U-6 - Boaventura.
- 7 - U-7 - Falcas.
- 8 - U-8 - Fajã do Penedo.
- 9 - U-9 - espaços agrícolas.
- 10 - U-10 - espaços florestais.
- 11 - U-11 - praias.
- 12 - U-12 - espaços verdes em meio urbano.

Artigo 28.º
Caracterização das unidades operativas de planeamento e gestão

As UOP definem espaços de intervenção coerente que delimitam e identificam áreas a sujeitar a planos de urbanização e ou de pormenor no caso de áreas inseridas em perímetro urbano, ou planos especiais na restante área do concelho.

Artigo 29.º
Parâmetros urbanísticos

- 1 - São definidos parâmetros urbanísticos de carácter geral como instrumento base das UOPG em perímetro urbano:
 - 1.1 - Densidade média;
 - 1.2 - Índice de utilização máximo;
 - 1.3 - Percentagem de superfície impermeabilizada máxima;
 - 1.4 - Cércea máxima ou média.
- 2 - A concretização específica dos referidos parâmetros cabe aos planos de urbanização, planos de pormenor e outros instrumentos de gestão do território.
- 3 - São definidos parâmetros urbanísticos de aplicabilidade directa e imediata em áreas não abrangidas por instrumentos de planeamento municipal mais pormenorizado:
 - 3.1 - Percentagem de área coberta;
 - 3.2 - Índice de construção;
 - 3.3 - Área bruta de construção;
 - 3.4 - Percentagem de área impermeabilizada;
 - 3.5 - Altura máxima de edificação;

- 3.6 - Área máxima de construção emergente do solo por unidade edificada;
- 3.7 - Afastamentos aos limites de lote ou parcela.
- 4 - A definição de parâmetros urbanísticos não confere, por si só, quaisquer direitos aos particulares titulares do parcelamento fundiário envolvido, sem que existam no terreno as infra-estruturas básicas que suportem a sua aplicabilidade.

Capítulo VII
Espaços urbanos
(normas de uso)

Artigo 30.º
Usos e actividades

Os espaços urbanos comportam usos residenciais, turísticos e actividades complementares, nomeadamente áreas verdes, usos comerciais, de serviços, de equipamentos, de lazer, industriais e armazenagem, desde que compatíveis com a actividade residencial e estejam integrados nas condições de edificabilidade definidas para a zona.

Artigo 31.º
Incompatibilidades funcionais

- 1 - No interior dos perímetros urbanos existem incompatibilidades funcionais, quando as actividades indicadas no artigo anterior originem fumos, resíduos e ruídos incómodos, acarretem perigo de incêndio ou explosão, perturbem as condições de estacionamento e circulação de trânsito, nomeadamente nas operações de carga e descarga, e quando não existam lugares de estacionamento privado anexo com dimensão necessária ao funcionamento da unidade.
- 2 - Sempre que existam ou se presume que venham a ocorrer as condições de incompatibilidade acima referidas, a Câmara Municipal de São Vicente desencadeará os meios necessários para que seja determinada a suspensão da laboração ou uso, ou inviabilizará o licenciamento das actividades que provoquem ou venham a provocar tal situação.
- 3 - É ainda expressamente proibida no interior do perímetro urbano, mesmo que temporariamente, a instalação de parques de sucata, depósito de resíduos sólidos, de instalações precárias, depósitos de produtos explosivos e de produtos inflamáveis por grosso.

Artigo 32.º
Normas de aplicação comuns aos espaços urbanos

Nos espaços de produção de solo urbano independentemente dos parâmetros urbanísticos definidos para cada uma das sub-classes, são de cumprimento obrigatório os seguintes aspectos:

- 1 - RGEU.
- 2 - Portaria Regional n.º 9/95, de 3 de Fevereiro, quer se trate de loteamentos urbanos ou edifícios a sujeitar a propriedade horizontal (nos espaços urbanos antigos, nos consolidados e nos de reconversão urbanística, as áreas de cedência pública podem ser substituídas por numerário nos termos definidos no regulamento de taxas municipais, caso se verifique a impossibilidade física do seu cumprimento, e nos de expansão e colmatagem, os espaços verdes e de equipamentos, caso a sua dimensão por unidade autónoma seja inferior a 200 m²).

- 3 - Nas iniciativas da responsabilidade de particulares, nos espaços urbanos, excepcionando empreendimentos turísticos e intervenções em áreas industriais, será obrigatoriamente afecto ao uso habitacional 50% da área bruta de construção por unidade edificada.

- 4 - Empreendimentos turísticos:

- 4.1 - Sem prejuízo dos parâmetros que vierem a ser definidos no Plano de Ordenamento Turístico, nos empreendimentos de função unicamente turística, sem a componente imobiliária, não haverá lugar à cedência de espaços para áreas verdes e equipamento público definidos na Portaria Regional n.º 9/95, de 3 de Fevereiro.

- 5 - Nos empreendimentos de promoção de habitação da responsabilidade directa ou indirecta da administração, não haverá lugar à cedência de espaços para criação de áreas verdes, equipamentos e parqueamentos públicos, previstos na Portaria Regional n.º 9/95, de 3 de Fevereiro.

- 6 - Os espaços de parqueamento públicos serão preferencialmente à superfície e marginais aos arruamentos.

- 7 - Os afastamentos mínimos a considerar ao limite de lote ou parcela, caso não existam alinhamentos já definidos, não incluindo as zonas de passeio ou estacionamento público, nas edificações são os seguintes:

- 7.1 - Tardoz metade da altura e nunca inferior a 5 m;

- 7.2 - Lateral (nas edificações isoladas) e quando não se preveja construção continua - metade da altura e nunca inferior a 3 m;

- 7.3 - Frente - dependente das condicionantes decorrentes da estrutura de acesso, mas nunca com valor não inferior a 3 m, no caso de habitação e 7 m no caso de comércio ou serviços, ou situações mistas.

- 8 - Os espaços viários, zonas verdes e equipamentos de cedência, resultantes do cumprimento da Portaria n.º 9/95, de 3 de Fevereiro, são obrigatoriamente para afectar ao domínio público municipal, sem prejuízo de nos termos da lei, poderem ser objecto de contrato administrativo de concessão.

- 9 - Opção por linguagem arquitectónica integrada nos valores da cultura local, nomeadamente cobertura facetada em duas ou quatro águas, cobertas a telha, panos de fachada de textura lisa, pintados nas cores tradicionais, etc.

- 10 - Anexos e garagens, não integrados na edificação, terão altura máxima de 2,60 m e a.b.c. por parcela ou lote não superior a 50 m².

- 11 - Muros de vedação em material opaco com altura máxima de 1,20 m.

- 12 - Nas operações de destaque são de cumprimento obrigatório os parâmetros urbanísticos definidos neste Regulamento para a zona onde se inserem.

Artigo 33.º
Espaços urbanos antigos ou históricos

Nas áreas urbanas antigas ou históricas, áreas a preservar enquanto não forem elaborados e aprovados planos de urbani-

zação ou planos de pormenor, as regras de edificação, são, cumulativamente com as preconizadas no artigo anterior, as seguintes:

- 1 - A demolição para substituição dos edifícios e outros elementos construídos existentes só é autorizada em casos de edifícios sem interesse arquitectónico, em estado de ruína eminente, comprovada por vistoria municipal.
- 2 - Constituem condicionantes da construção de novos edifícios:
 - 2.1 - Amanutenção da cêrcea do edifício anterior ou da média dos edifícios confinantes quando nenhum deles tenha cêrcea claramente dissonante da envolvente;
 - 2.2 - Anova construção não exceder a profundidade média dos edifícios confinantes;
 - 2.3 - A linguagem arquitectónica integrar-se no conjunto nomeadamente quanto às proporções dos vãos e à relação entre os diversos elementos compositivos.
- 3 - São admitidas alterações e ampliações em construções existentes desde que sejam feitas obras de recuperação do todo, e respeitadas os elementos estrutura existentes, bem como o desenho e os elementos decorativos relevantes para manter o carácter do edifício, e cumprindo-se o preconizado no número anterior.
- 4 - O uso não residencial só é autorizado nos 1.º e 2.º pisos, preferencialmente de pequenas unidades de comércio ou serviços.
- 5 - Nos espaços a preservar, os materiais a utilizar devem respeitar a gama e textura do conjunto edificado em que se integram.
- 6 - Estas zonas comportam construção isolada e construção contínua, no estrito cumprimento do RGEU.
- 7 - Os indicadores urbanísticos a aplicar nestes espaços, em ampliações ou novas construções, são os seguintes:
 - 7.1 - Índice de construção máximo - 1,00;
 - 7.2 - Percentagem de área coberta máxima - 60;
 - 7.3 - Percentagem de superfície impermeabilizada máxima - 80.

Artigo 34.º

Espaços urbanos consolidados

A construção de edifícios em terreno livre ou para substituição de edifícios existentes fica sujeita cumulativamente ao preconizado nos artigos 30.º, 31.º e 32.º e às seguintes prescrições, enquanto não existir plano de urbanização ou plano de pormenor plenamente eficaz:

- 1 - Manutenção do plano marginal.
- 2 - Tipologias definidas pelo tipo dominante na envolvente.
- 3 - Profundidade máxima das edificações em relação à estrutura de acesso público, 14 m com um máximo de 16 m no subsolo, não podendo a nova construção exceder a profundidade dos edifícios confinantes, exceptuando os casos dissonantes.

- 4 - Nas iniciativas da responsabilidade de particulares, nos espaços urbanos, exceptuando empreendimentos turísticos e intervenções em áreas industriais, será obrigatoriamente afecto ao uso habitacional 50% da área bruta de construção por unidade edificada.
- 5 - Para as novas edificações, a cêrcea máxima é determinada pela média de 2 + 1 pisos, excluídos que sejam os casos dissonantes, sem prejuízo do artigo 59.º do RGEU, sendo admissível a construção contínua no estrito cumprimento do RGEU.
- 6 - Os indicadores urbanísticos aplicáveis ao lote ou parcela são os seguintes:
 - 6.1 - Índice de construção máximo - 1,50;
 - 6.2 - Percentagem de área coberta máxima - 60;
 - 6.3 - Superfície impermeabilizada máxima - 80.

Artigo 35.º

Espaços urbanos de expansão e colmatagem

A construção de edifícios em terreno livre ou para substituição de edifícios existentes fica sujeita cumulativamente ao preconizado nos artigos 30.º, 31.º e 32.º e às seguintes prescrições enquanto não existir plano de urbanização ou plano de pormenor plenamente eficaz:

- 1 - Manutenção de plano edificado marginal a acesso público.
- 2 - Morfologias edificadas definidas pelo tipo dominante na envolvente.
- 3 - Profundidade máxima das edificações - 14 m com um máximo de 16 m no subsolo.
- 4 - Para as novas construções, a cêrcea máxima é de 2 + 1 pisos, sendo admissível a construção contínua no estrito cumprimento do RGEU.
- 5 - Em usos habitacionais, cada unidade edificada de construção isolada ao lote ou parcela não deverá ter cumulativamente a.b.c. emergente do solo superior a 400 m², e frente edificada máxima de 20 m.
- 6 - Os indicadores urbanísticos aplicáveis ao lote ou parcela são os seguintes:
 - 6.1 - Índice de construção máximo - 0,50;
 - 6.2 - Percentagem de área coberta máxima - 25;
 - 6.3 - Superfície impermeabilizada máxima - 50.

Artigo 36.º

Espaços de ocupação industrial

- 1 - É permitida a instalação de unidades industriais das classes A e B, previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/93, de 17 de Agosto.
- 2 - O abastecimento de água deve processar-se, obrigatoriamente, a partir da rede pública de distribuição.
- 3 - Sempre que a configuração do terreno o permita, o acesso aos lotes faz-se, obrigatoriamente, a partir de uma via secundária de distribuição interior à própria zona.

- 4 - Excepcionalmente podem ser admitidos acessos directos aos lotes a partir de vias exteriores ou adjacentes à zona, devendo, contudo, ser sempre acautelados e minimizados os inconvenientes daí derivados para a circulação automóvel.
- 5 - Os efluentes derivados da produção industrial apenas poderão ser lançados nas linhas de drenagem após tratamento processado em estação própria, a construir mediante projecto elaborado de acordo com a legislação em vigor, por forma a garantir o tratamento adequado dos diversos efluentes derivados do processo de produção.
- 6 - É obrigatória a apresentação de estudo de arranjos exteriores, e em edificação não decorrente de loteamento é obrigatória a criação de cortina arbórea envolvente.
- 7 - Os lotes são de dimensões variadas, e não superiores a 1000 m² devendo respeitar as seguintes normas:
- 7.1 - Índice de construção máximo ao lote ou parcela - 0,6;
- 7.2 - Superfície de implantação máxima - 50;
- 7.3 - Superfície impermeabilizada máxima - 70;
- 7.4 - Altura máxima - 7 m (salvo situações especiais justificadas pela natureza da actividade);
- 7.5 - Afastamento das edificações:
- Aos limites laterais - metade da altura da edificação e nunca inferior a 3 m, em edifícios isolados;
 - A tardoz - metade da altura e nunca inferior a 5 m em edifícios isolados;
 - Em relação ao arruamento é obrigatoriamente maior ou igual a 7 m, e incluirá faixa de estacionamento público adjacente em contacto com o mesmo, excepto a faixa de acesso previsto, que não poderá ocupar dimensão superior a 25% da frente da parcela ou lote;
- 7.6 - Poderão as edificações nos diversos lotes encostar lateralmente entre si, e no fundo do lote, desde que para o efeito seja apresentado um estudo de conjunto;
- 7.7 - Nos loteamentos industriais poderão ficar no domínio privado os espaços verdes e de equipamentos colectivos a que se refere a Portaria Regional n.º 9/95, de 3 de Fevereiro;
- 7.8 - Os espaços não impermeabilizados são tratados como espaços verdes plantados e o enquadramento de depósitos exteriores à edificação deverá ser feito recorrendo à plantação de cortinas arbóreas.

Artigo 37.º
Indústria fora de zonas industriais

Desde que não resultem situações de incompatibilidade nos termos do artigo 31.º deste Regulamento e da legislação específica aplicável, nos espaços de produção de solo urbano poderão instalar-se unidades industriais em parcelas livres desde que cumulativamente sejam cumpridos os seguintes parâmetros:

- Interdito o loteamento industrial e a criação de propriedade horizontal.
- Espaços verdes e estacionamentos reportados ao previsto na Portaria Regional n.º 9/95, de 3 de Fevereiro.
- Cumprimento dos parâmetros de edificabilidade previstos para a área onde se inserem.

Artigo 38.º
Espaços de equipamentos

Nestas áreas destinadas à implantação de equipamentos de uso colectivo, cuja definição cabe aos planos de urbanização e aos planos de pormenor, não pode ser autorizada qualquer construção até à existência destes instrumentos.

Enquanto não for iniciada a ocupação prevista, não é autorizada nas áreas de equipamentos a destruição do solo vivo e do coberto vegetal, a alteração da topografia ou a descarga de entulhos.

Artigo 39.º
Área verde principal

Constituída pelas áreas verdes de protecção e equilíbrio biofísico. Nestas áreas, que asseguram a estrutura verde fundamental, é interdita a construção, excluindo infra-estruturas públicas e edificações necessárias à sua manutenção e funcionamento.

Artigo 40.º
Área verde secundária

Constituída pelas áreas verdes públicas e áreas verdes privadas. Nas áreas verdes públicas, predominantemente destinadas a lazer e recreio, integram-se as áreas verdes da responsabilidade directa da Administração Pública.

- Nas áreas verdes públicas apenas é permitida a construção de infra-estruturas e equipamentos de apoio às actividades de lazer e recreio previstas em plano de pormenor.
- Nas áreas verdes privadas, cujos aspectos paisagísticos, históricos e culturais assumem por vezes valor patrimonial, o seu uso só pode sofrer alterações com base em plano de pormenor que estabeleça os parâmetros rigorosos em que tal alteração deve ocorrer.
- Os espaços livres não impermeabilizados e, em especial, a parte de protecção entre as edificações e os limites do lote ou parcela, deverão ser tratados como espaços verdes plantados de acordo com o projecto de enquadramento paisagístico, tendo em conta que nos arranjos paisagísticos deverão utilizar-se de preferência espécies indígenas.

Artigo 41.º
Espaços naturais em perímetro urbano

Nestes espaços que incluem basicamente as arribas, as áreas costeiras e as áreas de protecção às linhas de água, devem ser privilegiadas acções de protecção e regeneração.

Capítulo VIII
Espaços agro-florestais
(Normas de uso)

Artigo 42.º
Normas gerais

Nos espaços agro-florestais, a fixação das populações e a sua dignificação devem, sempre que possível, ser apoiadas mediante

incentivos ao aproveitamento agrícola ou florestal mais adequado à protecção e recuperação dos solos, sendo proibidos usos que destruam as suas potencialidades.

Artigo 43.º
Espaços florestais

- 1 - O uso do solo nos espaços florestais está condicionado ao cumprimento do seguinte:
 - 1.1 - Laurissilva e floresta natural e matos - o uso do solo nestas zonas não pode afectar ou comprometer as funções de protecção consignadas, apenas considerando-se admissíveis instalações de apoio florestal e à circulação nos eixos viários regionais sendo interdita a edificabilidade privada.
 - 1.2 - Floresta exótica e floresta mista - estes espaços comportam actividades várias na área da agricultura e da silvicultura, podendo comportar equipamentos estruturantes, cumpridos que sejam os parâmetros de edificabilidade previstos para as diferentes actividades, e com suporte em estudos ambientalmente sustentáveis.

Artigo 44.º
Espaços agrícolas

- 1 - São espaços onde os solos apresentam potencialidades produtivas, devendo nelas ser privilegiada a agricultura, com interdição ou forte restrição a usos não agrícolas.
- 2 - A edificabilidade nos espaços agrícolas fica sujeita ao previsto no artigo 46.º.

Artigo 45.º
Espaços residenciais em meio rural

Nestas áreas, para garantir uma urbanização limitada de forma a não agravar as carências de equipamentos e a manter algumas características do meio rural, apenas se admitem construções em prédios confinantes com acesso público com pelo menos 4,5 m de dimensão, e sujeitas aos seguintes condicionamentos:

- 1 - Normas de aplicação comum:
 - 1.1 - Interdição de loteamentos, sendo no entanto possíveis operações de destaque se as parcelas resultantes confinarem ambas com o arruamento/estrada pública e desde que não resultem parcelas com área inferior a 400 m²;
 - 1.2 - É permitido o parcelamento rural, desde que suportado em infra-estruturas de acesso público existentes, em parcelas com área mínima de 2500 m²;
 - 1.3 - Salvaguarda das características panorâmicas das vias;
 - 1.4 - Área bruta máxima de construção emergente por unidade edificada de 300 m² e altura máxima de 10 m;
 - 1.5 - Os muros de vedação terão uma altura máxima de 1,5 m;
 - 1.6 - Opção por linguagem arquitectónica de carácter local, com cobertura tradicional de quatro águas em telha;

1.7 - Afastamentos da construção aos limites laterais e tardo do prédio rústico ou parcela, iguais ou superiores a metade da altura da fachada respectiva, e nunca inferior a 3 m;

1.8 - Afastamentos da construção à ER e CM, aplicar-se-á a legislação em vigor em razão da matéria.

2 - Em usos de habitação:

2.1 - Edificação de habitações isoladas, unifamiliares ou geminadas;

2.2 - Criação de um estacionamento por fogo no interior da parcela ou prédio rústico;

2.3 - Afastamento da construção à estrutura de acesso em caminhos ou estradas municipais, 7 m ao eixo do acesso, e obrigatoriedade de cedência de faixa para alargamento do caminho de serventia, caso o mesmo não tenha dimensões regulamentares, assim como para criação de passeio em toda a frente de prédio rústico ou parcela, com pelo menos 1,2 m e nivelado com o acesso.

2.4 - Percentagem de impermeabilização máxima do prédio ou parcela - 50.

3 - Em usos de comércio local, instalações de actividades artesanais ou de espaços de valorização dos produtos locais:

3.1 - Criação de pelo menos 10 lugares de estacionamento público exteriores e com ligação directa com a estrutura de acesso pública, dois privados, e percentagem de impermeabilização do solo não superior a 60;

3.2 - Afastamento da construção à estrutura de acesso em caminhos ou estradas municipais, 10 m ao eixo do acesso, e obrigatoriedade de cedência de faixa para alargamento do caminho de serventia, caso o mesmo não tenha dimensões regulamentares, assim como para criação de passeio em toda a frente de prédio rústico ou parcela, com pelo menos 1,2 m e nivelado com o acesso.

4 - Instalações de turismo rural, no aproveitamento por recuperação de edificações existentes, e nos termos que vierem a ser definidos no POT.

5 - É sempre permitida a instalação de áreas de recreio, essencialmente reservadas ao uso da população local, e a execução de instalações ligadas à manutenção e criação de serviços públicos, de utilidade pública ou interesse social.

Artigo 46.º
Espaços de paisagem humanizada a proteger

Neste tipo de espaços apenas são permitidas, por iniciativa de particulares, obras de reconstrução ou restauro.

Artigo 47.º
Espaços de habitação dispersa

1 - Nas áreas onde existe habitação dispersa, só poderão ser licenciadas novas edificações nas seguintes condições:

- 1.1 - Para resolver problemas habitacionais de 1.^a habitação permanente, sem alternativa viável, devidamente comprovada, cumulativamente com as seguintes normas:
- Não se localizarem em espaços naturais ou florestais condicionados;
 - a.b.c. máxima de 150 m² e altura máxima de edificação de 7 m;
 - O prédio rústico confrontar directamente com via pública pavimentada, com pelo menos 5 m de largura;
 - Área impermeabilizada da parcela não superior a 30%.

- 1.2 - Habitação própria com altura máxima de 7 m e a.b.c. não superior a 200 m², em prédio rústico confinante com acesso público, e ligada a projecto de exploração agrícola ou silvícola devidamente aprovado para área sobrando de terreno, que não poderá ser inferior à parcela agrícola em vigor na Região.

- 2 - Poderão ser remodeladas as edificações existentes degradadas, para fins de habitação, turísticos e restauração, desde que não se aumente a área de construção existente e sejam cumpridos os parâmetros mínimos no que se reporta a acessos, áreas verdes e espaços de estacionamento previstos na Portaria Regional n.º 9/95, de 3 de Fevereiro.

Artigo 48.º

Espaços de ocupação humanizada a reabilitar

Nas áreas a reabilitar, enquanto não forem elaborados e aprovados projectos de requalificação, as regras de edificação seguirão as seguintes normas:

- 1 - Ocupação só permitida para densificação e em parcela livre desde que:
- 1.1 - O arruamento da serventia tenha dimensão mínima de 3 m;
 - 1.2 - Uso funcional de habitação isolada ou geminada;
 - 1.3 - Número máximo de fogos por parcela - dois;
 - 1.4 - Frente mínima da parcela em relação à estrutura de acesso - 10 m;
 - 1.5 - Área bruta de construção máxima - 200 m²;
 - 1.6 - Altura máxima de edificação - 7 m;
 - 1.7 - São permitidas obras de remodelação, reconstrução e restauro desde que cumpram os parâmetros deste artigo;
 - 1.8 - Superfície impermeabilizada máxima - 70%.

Capítulo IX Espaços naturais (normas de uso)

Artigo 49.º Normas gerais

- 1 - Nos espaços naturais são excluídas as acções que alterem as características naturais ou que ponham em risco o equilíbrio ecológico.

- 2 - Afruição deverá desenvolver-se de forma não intensiva, com o fim de manter ou reforçar o equilíbrio ecológico, evitando a destruição das estruturas de compartimentação, ou outras que assegurem a continuidade da actividade biofísica e a preservação do património pedológico.
- 3 - A instalação de equipamentos turístico-recreativos deve minimizar as alterações que ponham em risco o equilíbrio ecológico destas zonas.
- 4 - A actividade cinegética deve ser regulamentada de forma a não pôr em risco as espécies faunísticas com interesse para a conservação da natureza.
- 5 - As áreas dos espaços naturais, especialmente os que contiverem reconhecidos valores científicos, devem ser objecto de planos de salvaguarda de modo a compatibilizar os usos previstos neste Regulamento com a protecção daqueles valores.

Artigo 50.º

Espaços naturais de uso fortemente condicionado

Nestas áreas com grande valor ecológico e grande vulnerabilidade à pressão humana ou reduzida capacidade de regeneração só podem existir actividades de conservação da natureza e, em percursos bem delimitados, usos de lazer e de recreio.

Artigo 51.º

Espaços naturais de uso condicionado

Nas zonas naturais de uso condicionado, e a que correspondem basicamente a floresta laurissilva e matos, o uso do solo não pode afectar ou comprometer as funções de protecção consignadas, apenas se considerando admissíveis instalações de apoio florestal e gestão ambiental, e à circulação nos eixos viários regionais sendo interdita a edificabilidade privada.

Artigo 52.º

Espaços naturais de uso recreativo

O uso nestes espaços será condicionado ao que vier a ser definido no POOC da faixa da Costa Norte, que abrange o município de São Vicente, e na regulamentação do Parque Natural da Madeira, nas áreas sob sua jurisdição.

Capítulo X Espaços-canais

Artigo 53.º Normas gerais

Nestes espaços aplicar-se-á cumulativamente a legislação específica em vigor em razão da matéria.

Artigo 54.º Estrutura vária

As vias urbanas comportam as seguintes subcategorias:

Rede primária;
Vias de distribuição local;
Vias de acesso local.

- 1 - Rede primária - na construção ou remodelação das vias que a integram ter-se-ão em conta as seguintes regras:
 - 1.1 - Largura mínima da faixa de rodagem de 7 m;
 - 1.2 - Estacionamento exterior à faixa de rodagem;

- 1.3 - Passeios com pelo menos 2 m em ambos os lados.
- 2 - Vias de distribuição local - a construção ou remodelação deste tipo de vias fica sujeita às seguintes regras:
 - 2.1 - Largura mínima da faixa de rodagem de 6 m;
 - 2.2 - Estacionamento exterior à faixa de rodagem;
 - 2.3 - Passeios com pelo menos 1,20 m em ambos os lados.
- 3 - Vias de acesso local - para a construção ou remodelação de vias de acesso local são estabelecidas as seguintes regras:
 - 3.1 - Largura mínima da faixa de rodagem de um só sentido - 4,5 m;
 - 3.2 - Estacionamento exterior às faixas de rodagem;
 - 3.3 - Largura mínima da faixa de rodagem de dois sentidos - 6 m.
 - a) Estacionamento exterior à faixa de rodagem.
 - b) Passeio com pelo menos 1,20 m em ambos os lados.

Capítulo XI

Áreas de equipamento estruturante

Artigo 55.º Normas gerais

Os espaços de equipamento estruturante condicionam o uso do solo nas suas envolvências sendo caso a caso cumulativamente com a presente regulamentação aplicada a legislação específica, com vista a atenuar possíveis efeitos negativos da sua existência e a integrá-los paisagisticamente nas envolvências, uma vez que se sobrepõem às diferentes classes de espaços.

Artigo 56.º Espaços de indústria fora de perímetro urbano

Consideraram-se as unidades actualmente existentes a laborar ou desactivadas e que importa incentivar a sua reconversão futura de molde a que o espaço onde se inserem seja requalificado.

Artigo 57.º Uso turístico e de lazer

Consideram-se os equipamentos que vierem a ser aprovados no âmbito de POOC e do POT e as edificações de turismo rural, passíveis de se instalarem em zonas agrícolas, nas zonas de habitação dispersa e em zonas residenciais em meio rural, em arquitectura tradicional da ilha, sendo os parâmetros de edificabilidade máxima previstos os seguintes:

- 1 - Salvaguarda das características panorâmicas das vias.
- 2 - Afastamento mínimo ao limite da parcela ou prédio rústico - 10 m.
- 3 - Altura máxima de edificação - 7 m.
- 4 - Muros de vedação em pedra com altura máxima de 90 cm.
- 5 - Área impermeabilizada máxima - 25%.

Artigo 58.º Exploração e processamento de inertes

- 1 - Consideram-se as explorações actualmente existentes e as que vierem a ser licenciadas.
- 2 - As novas explorações não poderão localizar-se em espaços naturais nem em espaços florestais de floresta natural ou floresta laurissilva.
- 3 - As zonas de defesa à exploração de inertes terão preferencialmente as seguintes faixas de protecção, medidas a partir da bordadura de cada exploração:
 - 3.1 - De 10 m, relativamente a caminhos públicos;
 - 3.2 - De 20 m, relativamente a prédios rústicos vizinhos, condutas de fluidos, linhas eléctricas, linhas aéreas de telecomunicações e teleféricos não integrados na exploração da pedra.
- 4 - Aplica-se às actuais explorações em actividade ou desactivadas e em conformidade com a legislação em vigor o seguinte:
 - 4.1 - Obrigatoriedade da entidade exploradora apresentar plano de lavra e de recuperação com tratamento paisagístico do espaço explorado e das áreas abandonadas, quando finalizado o período autorizado da respectiva exploração;
 - 4.2 - Promover a execução dos trabalhos, previstos nos planos de recuperação e tratamento paisagístico referidos no número anterior, exigindo à entidade exploradora caução para a sua boa e regular execução;
 - 4.3 - A emissão de licença fica dependente do pagamento da taxa a fixar no regulamento de taxas municipais;
 - 4.4 - A área ocupada pela extracção, após terminada a actividade, deverá ser preferencialmente destinada à reflorestação.
- 5 - A Câmara Municipal promoverá em conjunto com as restantes entidades com jurisdição na matéria, num prazo máximo de cinco anos, um estudo que defina a capacidade de carga do concelho, no que respeita a extracção de inertes, definindo das unidades existentes as que se manterão em funcionamento, o encerramento ou realocação de britadeiras, e quais as acções tendentes a recuperar zonas actualmente intervencionadas.
- 6 - Na área do município de São Vicente não é admitido o licenciamento do aumento da área de exploração das pedreiras existentes sem que exista plano de lavra para a totalidade da área intervencionada.

Artigo 59.º Portos

Nestes espaços aplicar-se-á a legislação e normas específicas em razão da matéria.

Artigo 60.º Agro-indústria

Na instalação de agro-indústrias observar-se-ão as seguintes regras:

- 1 - É permitida a instalação de unidades nos espaços florestais referidos no n.º 1.2 do artigo 43.º, desde que se implantem a uma distância superior a 500 m de usos habitacionais e que o processo de fabrico e os dispositivos anti-poluição a instalar reduzam a poluição a valores técnicos aceitáveis.
- 2 - O abastecimento de água deve processar-se, sempre que possível, a partir da rede pública de distribuição.
- 3 - Os efluentes derivados da produção industrial apenas poderão ser lançados nas linhas de drenagem após tratamento processado em estação própria, a construir mediante projecto elaborado de acordo com a legislação em vigor, por forma a prevenir o tratamento adequado dos diversos efluentes derivados do processo de produção.
- 4 - As normas de edificabilidade são as seguintes:
 - 4.1 - As instalações deverão implantar-se a pelo menos 50 m dos limites do prédio onde se inserem;
 - 4.2 - A superfície impermeabilizada máxima possível é de 0,15;
 - 4.3 - O índice de construção máximo previsto é de 0,1;
 - 4.4 - Altura máxima - 7 m (salvo situações especiais justificadas pela natureza da actividade).
- 5 - Estes indicadores esgotam a capacidade construtiva de todo o prédio rústico devendo integrar no seu perímetro as diferentes funções.
 - 3.1 - Densidade média - 10 hab/ha;
 - 3.2 - Índice de utilização máximo;
 - 3.3 - Percentagem de superfície impermeabilizada máxima;
 - 3.4 - Cércea média em número de pisos - 1,5.
- 4 - U-4 - Zona Industrial das Ginjas:
Parâmetros definidos no artigo 36.º
- 5 - U-5 - Ponta Delgada:
 - 5.1 - Densidade média - 40 hab/ha;
 - 5.2 - Índice de utilização - 0,5;
 - 5.3 - Percentagem de superfície impermeabilizada máxima - 40;
 - 5.4 - Cércea média em número de pisos - 2,5.
- 6 - U-6 - Boaventura:
 - 6.1 - Densidade média - 40 hab/ha;
 - 6.2 - Índice de utilização - 0,5;
 - 6.3 - Percentagem de superfície impermeabilizada máxima - 40;
 - 6.4 - Cércea média em número de pisos - 2,5.
- 7 - U-7 - Falcas:
 - 7.1 - Densidade média - 30 hab/ha;
 - 7.2 - Índice de utilização máximo - 0,3;
 - 7.3 - Percentagem de superfície impermeabilizada máxima - 30;
 - 7.4 - Cércea média em número de pisos - 2,5.
- 8 - U-8 - Fajã do Penedo:
 - 8.1 - Densidade média - 30 hab/ha;
 - 8.2 - Índice de utilização máximo - 0,3;
 - 8.3 - Percentagem de superfície impermeabilizada máxima - 30;
 - 8.4 - Cércea média em número de pisos - 2,5.

Capítulo XII

Unidades operativas de planeamento e gestão

Artigo 61.º Normas gerais

Apenas são definidos parâmetros de aplicação nos espaços de produção de solo urbano.

Artigo 62.º Parâmetros

- 1 - U-1-vila/zona de equipamentos:
 - 1.1 - Densidade média.
 - 1.2 - Índice de utilização.
 - 1.3 - Percentagem de superfície impermeabilizada máxima - 20;
 - 1.4 - Cércea média em número de dois pisos.
- 2 - U-2 - vila:
 - 2.1 - Densidade média - 40 hab/ha;
 - 2.2 - Índice de utilização - 0,5;
 - 2.3 - Percentagem de superfície impermeabilizada máxima - 50;
 - 2.4 - Cércea média em número de pisos - 2,5.
- 3 - U-3 - campo de golfe:

Capítulo XIII

Controle e monitorização

Artigo 63.º Controle e monitorização

O acompanhamento do PDMSV deve privilegiar o controle e a monitorização regulares do seu processo de execução, envolvendo entre outras as seguintes acções:

- a) Recolha e actualização dos elementos relativos a projectos e acções com incidência no território e cartografia correspondente;
- b) Avaliação de quaisquer acções, tanto públicas como privadas, que assumam significativa importância no contexto do Plano, nomeadamente projectos de investimento em infra-estruturas e equipamentos de âmbito regional ou supra concelhio.

Capítulo XIV
Disposições administrativas e processuais

Artigo 64.º
Revisão

- 1 - A revisão do PDMSV é iniciada por deliberação da Câmara Municipal de São Vicente de acordo com as orientações dos estudos existentes ou a elaborar para esse fim.
- 2 - A revisão do PDMSV é apreciada pela Câmara Municipal, submetida à aprovação da Assembleia Municipal, e ratificado por resolução do plenário do Governo Regional.

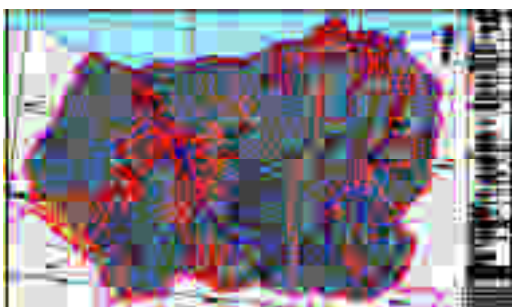
Artigo 65.º
Articulação com outros
planos e programas de nível municipal

As actividades de elaboração de planos e programas de âmbito municipal e intermunicipal subordinam-se aos objectivos definidos no PDMSV, devendo ser coordenadas e articuladas com as suas orientações.

Artigo 66.º
Autorizações, aprovações e pareceres

As normas fixadas no PDMSV não dispensam as autorizações, aprovações e pareceres exigidos pela legislação em vigor, referentes a quaisquer empreendimentos, obras e acções de iniciativa pública ou privada.

Planta de ordenamento



Artigo 67.º
Taxas

A Câmara Municipal promoverá, nos termos da lei, a actualização das taxas em vigor no município, nas áreas necessárias à correcta implementação do presente Plano.

Artigo 68.º
Fiscalização

- 1 - Compete à Câmara Municipal de São Vicente a fiscalização do cumprimento do presente Regulamento, no âmbito das respectivas competências.
- 2 - Para efeitos do disposto do número anterior pode, nos termos da lei, ser ordenado o embargo e a demolição das obras que violarem as disposições deste Regulamento, bem como ordenada a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes da data do início das referidas obras.

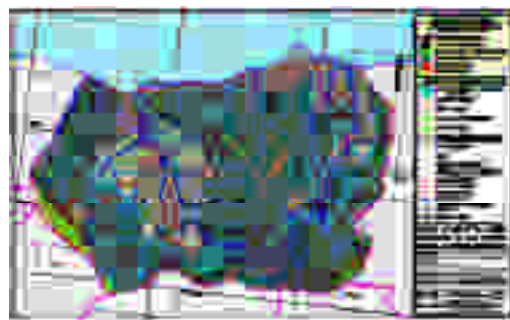
Artigo 69.º
Contra-ordenações

Aviolação das disposições imperativas do PDMSV constitui contra-ordenação punível com coima, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 70.º
Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Planta de condicionantes



CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria-Geral da Presidência do Governo Regional da Madeira.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 14,74 cada	€ 14,74;
Duas laudas	€ 16,08 cada	€ 32,16;
Três laudas	€ 26,40 cada	€ 79,20;
Quatro laudas	€ 28,13 cada	€ 112,52;
Cinco laudas	€ 29,20 cada	€ 146,00;
Seis ou mais laudas	€ 35,51 cada	€ 213,06.

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,28

ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série	€ 24,31	€ 12,18;
Duas Séries	€ 46,84	€ 23,39;
Três Séries	€ 57,20	€ 28,57;
Completa	€ 66,98	€ 33,46.

Aestes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 169/2001, de 4 de Dezembro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA

Departamento do Jornal Oficial

IMPRESSÃO

Departamento do Jornal Oficial

DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

O Preço deste número: € 5,82 (IVA incluído)